

A renegociação da dívida

Ext

A renegociação da dívida externa brasileira, conforme prenunciavam as posições do Fundo Monetário Internacional e dos credores, foi transferida à gestão próxima do presidente Tancredo Neves. Algumas questões formais e outras ligadas às alterações previstas na política econômico-financeira ditaram àquele organismo e aos banqueiros internacionais a conveniência de esperar a posse do novo Governo. É esta uma das principais questões com as quais terá de lidar a área econômico-financeira que irá suceder aos seus atuais gestores.

De saída, será necessário ajustar a estratégia de combate à inflação e retomada do crescimento aos compromissos a serem celebrados, por intermediação do Fundo, com os titulares ativos da dívida externa. Já se sabe, porém, que os termos da renegociação, segundo recentes conceitos emitidos pelo presidente eleito, tomará em conta a necessidade de não agravar os sacrifícios da sociedade brasileira. E, assim, prevê-se a compatibilização do resgate gradual da dívida com a adoção de medidas que possam reaquecer a economia.

Está em causa, portanto, o estabelecimento de um novo cronograma de amortizações, com revisão de conceitos e métodos, de

modo que se possa atingir duplo objetivo: satisfazer os interesses nacionais e honrar os compromissos com os credores.

Mas essa tarefa — é, pelo menos, o que se espera — poderá ser facilitada pela demonstração de pujança oferecida pela economia brasileira em 1984. Apesar da crise recessiva que atingiu os principais mercados mundiais e das políticas protecionistas praticadas pelas grandes potências, a balança comercial brasileira, nesse ano, fechou com saldo superior a treze bilhões de dólares.

Há previsões no sentido de que, em virtude da prioridade ao desenvolvimento auto-sustentado, inscrita no programa do próximo Governo, o saldo da balança comercial, no corrente exercício, não deverá superar os nove bilhões de dólares. Segundo especialistas em comércio exterior, esse desempenho será suficiente apenas para resgate de juros vencíveis no exercício. Tal ocorrerá, também, em razão das políticas de expansão do mercado interno, como tem sido reiteradamente previstas pelo estado-maior do presidente eleito na área econômico-financeira. Aqui se expõe um outro fator que deverá impulsionar a renegociação no sentido de uma revisão do cronograma de pagamentos. Haverá necessi-

dade, em consequência de alterar a minuta da sétima Carta de Intenções submetida à apreciação do Fundo pelo atual Governo, uma vez que as metas ali previstas são incompatíveis com essa provável alteração da política econômico-financeira.

A partir de 1986, com a elevação dos piques de produção de uma série de grandes projetos, como o de Carajás, as exportações brasileiras deverão aumentar significativamente. E, como resultado, daí por diante deverão ser crescentes os excedentes líquidos da balança comercial, com os quais poder-se-á conseguir a melhor implementação dos resgates da dívida e obter-se recursos para importação de maiores volumes de tecnologia e de bens de capital.

É indispensável, porém, que os credores internacionais se filiem a essa dupla linha de interesses. O compromisso do presidente a empossar-se no próximo dia 15, claramente exposto perante a opinião pública internacional, é o de pagar com dinheiro o último centavo da dívida. Mas, em função disso, o Brasil não poderá renunciar à sua decisão de erguer-se ao nível das grandes nações desenvolvidas, aspiração inteiramente ajustada aos seus imensos recursos naturais e à sua reconhecida capacidade para transformá-los em riquezas.